

Universidade Federal de Santa Catarina
Centro de Comunicação e Expressão
Departamento de Jornalismo

Enfim, dignidade

Os 20 anos da justa greve dos
jornalistas da Caldas Júnior

Vítor de Brites

Projeto de Conclusão de curso

Suporte: texto
semestre 2003/2

Trabalho apresentado no Curso de Jornalismo da Universidade Federal de Santa Catarina, como requisito parcial para a conclusão de curso, sob orientação do professor Ms. H. Ricardo Barreto

A última assembléia

O salão onde estavam alojadas as dezenas de linotipos da Caldas Júnior era amplo, mas ainda que estivesse apenas semi-utilizado com a mudança gradual para a composição a frio, com máquinas instaladas em outro local, ele se mantinha quente e abafado. Essa mudança e a instalação do sistema de impressão Di Litho em 1980, poucos anos depois da compra de duas rotativas Hoe do carioca do *Correio da Manhã*, deixavam a empresa com um parque gráfico gigantesco. Essa capacidade toda talvez fosse um exagero para a época. Mas certos exageros são tão inúteis quanto inevitáveis. Quando Breno Caldas assumiu a empresa em dezembro de 1935, adotou a política de sempre ter os equipamentos mais modernos que seus concorrentes diretos. O fato da Caldas Júnior não ter mais capacidade de pagar por essa liderança não mudou isso.

Uma mistura de conjunturas econômicas desfavoráveis, equívocos administrativos e projetos caros, arriscados e exagerados de seu proprietário jogou, a partir do final dos anos 1970, a segunda maior empresa jornalística do Rio Grande do Sul numa crise financeira inescapável. Endividaram-se em dólares nos tempos da maxidesvalorização e da inflação galopante para tocar os seus projetos milionários. E ainda que Breno Caldas não tivesse como pagar os empréstimos que fez, não queria entregar seu império.

A Empresa Jornalística Caldas Júnior era proprietária do *Correio do Povo* e da *Rádio Guaíba*, respectivamente jornal e rádio mais tradicionais e respeitados do estado, além dos jornais *Folha da Tarde*, a recém-extinta *Folha da Manhã* e da TV Guaíba. Breno Caldas era anualmente visitado por prefeitos e governadores na sede do seu jornal, sendo temido e respeitado no meio político pelo poder que concentrava no estado. Ainda assim, sua margem de manobra era pequena.

No começo de 1983 os credores pressionavam para receber dívidas que superavam Cr\$ 38 bilhões (hoje pouco mais de R\$ 130 milhões) e já não se pagava em dia nem o salário dos funcionários. Por isso mais de 400 funcionários, com grande maioria de jornalistas aguardavam na oficina no dia 12 de dezembro para decidir o que fazer para garantir a própria subsistência. Foi uma assembléia tensa, onde os dirigentes sindicais levaram para os empregados o resultado de negociações e audiências de conciliação infrutíferas. A

deliberação da assembléia, onde também estavam os gráficos e o pessoal da administração foi rápida e decidiu pela aprovação de greve marcada para o dia seguinte.

Houve vozes discordantes mas foram poucas. A maior parte das pessoas que pedia a palavra davam a entender que estavam exausto de procurar outras saídas. Quem começou falando foi um representante da empresa que pediu novamente mais tempo para a empresa pagar o salário dos empregados. Os oradores seguintes variaram na forma, mas basicamente se revezaram pra dizer que estavam indignados com mais de três meses de salários não-pagos, com o tratamento depreciativo e displicente que os donos da empresa lhes dirigiam.

Até o momento da votação os contrários ao movimento foram deixando a sala. Foram poucos. Quem não queria a greve, em geral continuava trabalhando ao invés de ir polemizar contra um movimento que parecia inevitável. Depois que mais de 300 pessoas favoráveis à greve levantaram os braços, apenas quatro contrários deixaram seu voto. Ficou decidido que as atividades estariam paralisadas por três dias como advertência e se manteriam em assembléia permanente daí por diante. Para voltar aos seus postos os jornalistas exigiam tão somente que os salários fossem integralmente pagos e seus empregos garantidos.

Saindo do salão da oficina de composição era hora de impedir que o *Correio* e a *Folha* fossem às bancas no dia 13. O *Correio* saiu atrasado, mas conseguiu sair. A *Folha da Tarde* passou seu primeiro dia de greve fora de circulação. Foram 56 dias de paralisação dos jornalistas, com coesão e uma força nunca vista na categoria. Enfrentaram a direção eminentemente conservadora da mais tradicional empresa jornalística do RS e mostraram que a atuação de um sindicato forte, pode garantir os direitos dos jornalistas em tempos de crise. Essa história está completando 20 anos.

Devo não nego...

O ano de 1983 ainda estava começando quando o Banco do Estado do Rio Grande do Sul (Banrisul) assoprou o castelo de cartas financeiro da Caldas Júnior. Uma operação de empréstimos que deveria ter sido paga em 22 de setembro de 1982, mas que de atraso em atraso tinha sido protelada até 4 de fevereiro do ano seguinte. Nessa data o ingressou com uma ação na Primeira Vara da Fazenda Estadual cobrando um débito de mais de três bilhões de cruzeiros (cerca de US\$ 2 milhões).

Breno Caldas viu essa cobrança como uma perseguição pessoal do governador Amaral de Souza. Como retribuição, escreveu um editorial assinado, contando os bastidores da indicação do governador. O título do texto era “Palmo e meio”, debochava da baixa estatura do governador, e referindo-se à impressão de que esse palmo e meio lhe faltava em todos os sentidos. Como mostram Walter Galvani em seu livro *Um século de sodor* e o relatório final do Sindicato dos Jornalistas do Rio, esse artigo surpreendeu a toda a comunidade gaúcha, mas principalmente os políticos. Os leitores, sem saber dos jogos de bastidores ficaram ainda mais estupefatos com a agressão direta ao governador.

Restavam poucos meses de governo para Amaral de Souza, mas eles foram de perseguição pela imprensa. No dia seguinte ao artigo, os editores passaram aos jornalistas instruções para levantar todos as irregularidades que conhecessem sobre a administração de Amaral de Souza. Nessa época João Borges de Souza era editor de política na *Folha da Tarde*, e conta que dentro do jornal chegou a ser montado um grupo especial que cuidava apenas de levar adiante a campanha contra o governador. “Qualquer sugestão de matéria era levada em conta. Em pouco tempo fizemos denúncias sobre utilização da frota de helicópteros, questionávamos viagens do governador e outras coisas”.

O motivo dessa guinada na linha editorial dos jornais da Caldas Júnior tornou-se público cinco dias depois do primeiro artigo de Breno Caldas: um *A Pedidos* publicado no dia 11 de fevereiro em *Zero Hora* contava passo a passo a evolução dos atrasos e calotes da dívida da Caldas Júnior. Também acusava o *Correio do Povo* de não querer honrar seus compromissos e iniciar a campanha por retaliação: “(...) não foi por coincidência que a campanha se iniciou 48 horas após haver o Banco do Estado ingressado em juízo (...) com uma ação executiva de que são devedores a Empresa Jornalística Caldas Júnior e seus

fiadores, o senhor Breno Caldas e sua esposa (...)"'. Nessa mesma carta tornava-se público o valor exato da dívida com o Banrisul. Foi o que bastou para preocupar todos os outros credores.

É difícil negar que a carta assinada pela diretoria do Banrisul causou um estrago muito maior que a campanha do *Correio do Povo*. Enquanto as denúncias sobre o Banrisul seriam investigadas numa CPI que não deu em nada, a dívida foi cobrada na justiça. Breno Caldas ainda iria dedicar vários editoriais do jornal a malabarismos verbais para explicar a dívida da empresa. Não adiantou muito. Já não havia mais crédito, não havia mais dinheiro.

Para dar uma idéia do tamanho da queda da empresa, 1969 uma reportagem publicada pela imprensa paulista colocava Breno Caldas como o 6º homem mais rico do Brasil. Três anos mais tarde, em 1972, uma pesquisa da revista Exame constatou que o *Correio do Povo* tinha a 6ª maior receita líquida entre os jornais do país. O *Correio do Povo* circulava desde 1895 e foi o jornal hegemônico em quase toda sua existência. Além da Caldas Júnior, Breno ainda possuía 13 mil hectares de terra dentro do município de Porto Alegre, um haras e outros negócios menores. A empresa fez uma série de negócios ruins na ampliação do seu parque gráfico e a desorganização contábil era gritante. Os prejuízos já vinham desde 1975, mas pela solidez da Caldas Júnior e do patrimônio de Breno, ela ainda poderia agüentar muito tempo. O grande erro estratégico veio com a implantação da TV Guaíba.

No dia 10 de março de 1979 a televisão Guaíba, canal 2, entrou no ar. Para que isso se concretizasse foi necessário que a Caldas Júnior tomasse empréstimos com diversos bancos privados e com o Banrisul. O início do funcionamento da TV Guaíba não significou uma melhora da situação da empresa, pelo contrário. A única coisa que Breno Caldas recebeu de seu canal de televisão foram mais dívidas.

Breno Caldas se recusava a ter uma retransmissora da rede Globo, como o próprio Roberto Marinho chegou a lhe oferecer. Queria fazer na TV o mesmo que no rádio: uma programação própria, forte, de qualidade e com o foco no Rio Grande do Sul. Só não levou em conta as diferenças entre os dois veículos e os custos que a implantação de uma rede própria traziam. A RBS acabou aceitando o convite da Globo nos mesmos moldes que ele foi proposto à Breno Caldas, e em pouco tempo se tornou o maior grupo de mídia do Rio Grande.

Quando não foi mais possível financiar sua rede de televisão com empréstimos do

Banrisul, Breno seguiu a recomendação do governo federal e recorreu à resolução 63, que lhe permitiu tomar empréstimos em dólar. Até 1981 foram quase US\$ 8 milhões. No dia 18 de fevereiro de 1983 o ministro Delfim Neto promoveu a maxidesvalorização do Cruzeiro. Como as dívidas da Caldas Júnior eram lastreadas em dólar, ficaram 30% maiores num só golpe. E a empresa continuava dando prejuízos.

Começam os atrasos

Para pagar os salários de março o jeito foi dividir o pagamento em dois vales, o primeiro saiu no dia 5. No dia 20 veio outro vale, que pelo menos completava o salário de quem ganhava menos. A empresa alegava não ter conseguido recursos e não tinha previsão de quando os salários de março seriam completados. Pior: uma comissão formada pelo sindicato que esteve em reunião com Breno Caldas em abril, foi avisada que “os atrasos poderão se repetir nos próximos pagamentos”.

O prognóstico de Breno estava correto. Nos meses seguintes os vales tornaram-se uma rotina, quase uma instituição da casa. O repórter esportivo Marco Antônio Schüster lembra que o vale era o mesmo para todos os funcionários da empresa, fossem eles editores ou contínuos. “No meu caso estavam demorando quatro meses pra me pagarem um salário. Às vezes entrava um dinheiro na empresa sabe-se lá como, e eles quitavam alguns atrasados de uma vez. Mas eles nem sabiam mais quanto estavam devendo. A desordem administrativa era tanta que muitos contínuos recebiam mais do que os próprios salários quando acontecia de entrar dinheiro na empresa. Bom pra eles”, lembra Schüster. Mas os eventuais beneficiados pela situação eram realmente muito poucos.

A repórter Rejane Lempek trabalhava na *Folha da Tarde*, enquanto o seu companheiro Carlos Alberto Silva fotografava para o *Correio do Povo*. A crise pegou os dois em cheio. “Já ganhávamos mal, com o atraso dos salários nos endividamos muito”. Mas não eram os jornalistas da empresa quem mais sofriam. A maioria deles afirma que conseguiu frilas durante a maior parte do movimento ou mesmo novos empregos. Quem não tinha pra onde correr eram os gráficos, os motoristas, os digitadores e os funcionários da administração. Quando chegasse a hora, eles reforçariam a fileira dos jornalistas e seriam, juntamente com a surpreendente adesão de pessoas da administração, a garantia de maior força para as reivindicações dos funcionários.

O mês de abril começou com os funcionários em assembleia permanente. Além do atraso no pagamento, pairava sobre os empregados a ameaça da demissão. Essa era uma das medidas com que a direção planejava tornar a *Folha da Tarde* e a TV Guaíba rentáveis, ou pelo menos viáveis. Já que essas demissões aconteceriam de um jeito ou de outro, não custava nada para a empresa capitalizá-las como instrumento de dissuasão. Segundo Manuel Loir Gonçalves, na época o vice-presidente do sindicato, quem cobrasse os atrasados estava se arriscando a entrar na lista de dispensas.

Mas a situação financeira era tão desesperada que já não havia nem mesmo condições de usar o medo para pressionar os funcionários. Não haveria dinheiro em caixa para pagar os direitos trabalhistas se a empresa demitisse muita gente. Até o final de agosto, haviam sido demitidos cinco funcionários. No início de agosto, porém o chefe do departamento pessoal Hilton Caldas, enfiou os pés pelas mãos e a empresa teve que ceder.

Foram demitidos três funcionários, um motorista e dois fotógrafos. O primeiro fotógrafo era Paulo Dias, que estava viajando a serviço pelo *Correio do Povo* e só foi saber da demissão no dia seguinte. O outro fotógrafo, Jurandir Silveira, era presidente da Associação dos Repórteres Fotográficos e Cinematográficos do Rio Grande do Sul, além de membro da última diretoria do sindicato. Por isso tinha estabilidade. Como se isso não fosse o bastante, Jurandir tinha 15 anos de casa e receberia muito dinheiro em indenização. Quando soube do erro de Hilton Caldas, Breno mandou-o readmitir Jurandir. O fotógrafo só aceitaria voltar se todos os seus companheiros fossem readmitidos. Mas quando conversou com Paulo Dias, ambos chegaram à conclusão que era preferível não voltar para aquele “barco furado”.

Por isso o advogado do sindicato, Luiz Lopes Burmeister aconselhou Silveira a fazer um pedido de demissão, alegando quebra de contrato de trabalho por parte da empresa. Hilton Caldas se recusou a assinar o documento, pois ele garantiria legalmente que o fotógrafo recebesse imediatamente o que lhe era devido. Depois do episódio ficou claro que a empresa não estava em condições de cumprir integralmente suas ameaças. Mas antes que isso ficasse claro houve, muita pressão de parte a parte.

Autoritarismo patronal

No início do agosto a direção do sindicato teve uma reunião com o diretor-presidente da

empresa, na qual manifestaram insatisfação com o tratamento que os funcionários vinham recebendo. No dia 5 foi distribuída a nota em que os sindicalistas narravam a reunião. Segundo eles não houve nenhuma resposta concreta. Depois, quando os dirigentes sindicais procuraram Walter Galvani, diretor-secretário da *Folha da Tarde*, souberam por este que estava em execução um plano de contenção de despesas, que previa demissões e enxugamento das redações.

Maio foi também o mês em que se tornou comum o protesto dos funcionários em frente do guichê de pagamentos do jornal. Eles formavam uma fila e esperavam para receber um dinheiro que já se sabia de antemão que não viria. Mas eles permaneciam horas ali, aplaudindo e cobrando ironicamente cada dirigente que passava. No dia 11, constrangido com aquele espetáculo “de desordem” Breno Caldas convidou alguns dos jornalistas para conversar em seu gabinete. Lamentou a situação dos funcionários, mas disse que no dia seguinte informaria o cronograma em que os atrasados seriam pagos.

Esse cronograma, conforme explicou o diretor Carlos Gastaud seria por faixas salariais. Só estavam pagando naquela tarde pra que recebesse até Cr\$ 50 mil. Depois seria a vez de quem recebesse até Cr\$ 90 mil. Quem ganhasse mais do que isso ia receber o pagamento sabe-se lá quando.

Na TV a situação era ainda pior. Quando uma comissão de radialistas e jornalistas foi cobrar o diretor Francisco Antônio Caldas, ele disse que os pagamentos não seriam regularizados e reclamou que “a TV é o furo da Caldas Júnior”, aludindo aos prejuízos constantes. A rádio Guaíba era o único lugar onde a situação ainda estava normal. Também era o único setor da empresa que estava operando com lucro, por isso a direção empenhou-se em mantê-la intacta. Esse esforço foi em vão. Nos dois ou três meses seguintes a TV e os jornais arrastaram a rádio para a mesma situação em que se encontravam.

Com o tempo, tanto os protestos dos jornalistas quanto as ameaças dos dirigentes foram ficando mais intensas. Francisco Antônio Caldas, filho de Breno, bravateava que “dentro da minha casa mando eu. Aqui ninguém vai fazer agitação”. Enquanto isso, a fila nos guichês de pagamento iam se tornando cada vez mais duradouras e as provocações contra os diretores ficavam mais diretas.

Numa das assembléias de agosto os funcionários abandonaram o diálogo, que não lhes

tinha rendido nada além de promessas, e entrou com um processo na Delegacia Regional do Trabalho denunciando o atraso de mais de três meses consecutivos de salário. Esse atraso dava margem à empresa receber punições legais, como multas e restrições nas suas operações financeiras.

Quando soube da denúncia, Breno decidiu não entregar aos jornalistas um relatório sobre as perspectivas financeiras da empresa que havia prometido alguns dias atrás. Quando o relatório foi cobrado pelo sindicato, disse que o relatório havia sido entregue “à Delegacia Regional do Trabalho, onde está registrada a denúncia quando à mora salarial do Grupo Caldas Júnior”. Em um relatório interno, a direção do sindicato qualificou esse comportamento de esquivo, evasivo, pouco claro e intransigente.

Carta aberta

A resposta a esse comportamento da empresa foi redigir o panfleto *Carta aberta dos funcionários do grupo Caldas Júnior*, datada de 21 de setembro e assinada em nome dos funcionários. Esse foi o primeiro sinal público de que os funcionários do Caldas Júnior não estavam com problemas. Mas não foi levado a sério. A “Caldas do dr. Breno” era sinônimo de poder e riqueza no Rio Grande do Sul. Se alguém de fora da empresa dissesse que eles tinham problemas financeiros insolúveis, seria certamente taxado de louco.

Essa carta aberta pedia que o Poder Público tomasse providências para que a empresa não quebrasse deixando dois mil funcionários desempregados. Para mostrar o que aconteceria sem a intervenção do governo, ela terminava pintando em tons dramáticos e exagerados a desgraça que se abateria sobre os gaúchos se o *Correio do Povo* quebrasse: “(...) Desastroso seria para a nossa comunidade e preocupante para os poderes públicos, ainda mais se tal situação levasse fatalmente o Rio Grande do Sul ao monopólio da comunicação (...) e jogando fatalmente, ao desemprego centenas de profissionais especializados, o que só serviria para avolumar ainda mais a caótica situação do país (...)”.

Uma outra nota, de circulação interna narrava a reunião entre os sindicalistas e o advogado da empresa, mediada pela Delegacia do Trabalho. Era o fim da esperança de uma negociação conjunta de funcionários e patrões. O advogado simplesmente declarou que não havia nada a ser dito ou oferecido. A partir da carta aberta também foi proibida a realização de assembléias no prédio da empresa. Inclusive estava cancelada a reunião do dia seguinte

na oficina de composição.

A direção do sindicato lançou um novo boletim no dia seguinte e transferiu a assembleia para a frente do prédio da empresa, no meio da rua. Até horas antes a direção da empresa manteve as dependências para qualquer reunião do sindicato. Mas ao ver que a assembleia realmente ia acontecer em local público, a direção recuou e abriu a oficina para os seus jornalistas. A reunião contou com os presidentes dos sindicatos de jornalistas, motoristas, radialistas, gráficos e de administração, além de um representante da Delegacia do Trabalho. Foi marcada uma assembleia para decidir um indicativo de greve no dia 5 de outubro. Essa assembleia seria presidida por alguém de fora do sindicato, cabendo a função ao advogado Tarso Genro, cujo nome foi indicado e sugerido pela Procuradoria Regional do Trabalho.

De calote em calote

Antes dessa Assembleia uma comissão de funcionários teve uma reunião com o governador Jair Soares em que foram apresentadas duas propostas: a intervenção na empresa (já que o Banrisul era um dos seus maiores credores) ou a transformação dela numa fundação. O governador se esquivou e disse que a situação era delicada, mas o governo não podia intervir na iniciativa privada.

Enquanto isso acontecia, Breno Caldas procurava de todas as maneiras encontrar um jeito de salvar a empresa da insolvência. Além da ajuda governamental, sua única oportunidade era um empréstimo da Caixa Econômica Federal para unificar a dívida e usar suas muitas propriedades para garantir o negócio.

Mas na época, os funcionários não tinham acesso a nenhuma informação sobre o que estaria fazendo o seu patrão. Ouviam Francisco Antônio Caldas dizer que já se via a luz no fim do túnel, ou que estavam a dois metros da solução definitiva. Em um boletim interno procuravam mostrar todos os esforços de funcionários e afirmavam que “(...) ninguém, absolutamente ninguém, sabe o que a direção está procurando fazer para sair dessa crise (...)”.

O boletim seguinte já era voltado integralmente a defender um indicativo de greve. “Essa alternativa não está sendo buscada de maneira apressada ou infantil, como se falou. Em março mesmo, a comissão do sindicato procurou o presidente da empresa, oferecendo-

se a elaborar sugestões para melhorar o seu produto final e aumentar o faturamento (...) a proposta não foi sequer examinada.”, alertava Ainda assim, os funcionários acabaram aceitando um pedido da direção e adiando a decisão final sobre a greve para uma assembléia no dia 13. Comentava-se que Breno estava em Brasília e o acordo definitivo estava muito próximo de se concretizar.

No dia 13 um novo adiamento, pois segundo a direção tudo se resolveria em poucos dias. Novamente nada foi apresentado. Os funcionários continuavam a postar-se em frente ao guichê, sendo que nesse momento a fila passava por todo o espaço interno do prédio e indo parar na calçada em frente à empresa. Essa aglomeração parece ter desagradado a empresa que voltou a usar a demissão como ameaça, mandando embora 14 dos funcionários que foram para a fila no dia 27 de outubro. Esses funcionários seriam demitidos de qualquer maneira no processo de enxugamento da redação. Estava claro que se porventura a empresa sobrevivesse, seria com bem menos gente trabalhando nela. De qualquer forma, essas demissões conseguiram reativar o medo dos funcionários diante das ameaças da empresa. Para compensar seus empregados e evitar ao mesmo tempo as filas, voltou a distribuir na redação, vales pequenos, de Cr\$ 15 mil a Cr\$ 40 mil.

De atraso em atraso, os funcionários chegaram em dezembro exaustos e sem salários. Desde os vales dados logo após a demissão dos funcionários nada mais foi oferecido. Os atrasos eram de pelo menos três meses além de uma parcela do décimo terceiro salário. Finalmente em 7 de setembro uma assembléia decidiu pela paralisação a partir do dia 12 se as propostas dos funcionários não fossem aceitas. Para o dia 12 estava marcada outra assembléia. A definitiva.

HORA DE PARAR

Entende-se toda a hesitação dos jornalistas em deflagrar um movimento grevista. A experiência anterior nesse sentido foi uma articulação de greve nacional em 1979 que terminou em fracasso retumbante após parar apenas parte dos jornais paulistanos por uma semana. Os jornalistas tiveram sua greve solapada pelo Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo e saíram sem nenhum centavo a mais no bolso. O saldo foi de centenas de demitidos. Embora curta, essa greve foi coesa e forte, mas acabou sendo mal sucedida. Só deixou nos jornalistas uma imagem negativa dos sindicatos da categoria porque em nenhum momento os jornais deixaram de circular. Como afirma João Borges de Souza, "é quase impossível parar uma redação. Usando *releases* e uns poucos colaboradores competentes é possível colocar um jornal na rua. Se for o caso de uma revista é preciso uma equipe menor ainda. Hoje a *Carta Capital* faz uma das melhores revistas do país com uma equipe de uns 12 repórteres". Paralisados, os jornalistas afetariam valores mais subjetivos dos jornais, como a sua própria qualidade e credibilidade.

Só que quase todos os jornalistas pareciam adorar trabalhar nos jornais da Caldas Júnior. Eles estavam fazendo força para acreditar nas promessas da direção da empresa. Todos sabiam também o quanto o jornal significava na época para Porto Alegre e para o Rio Grande de Sul. A greve só começou porque ninguém mais acreditava em compreensão.

A assembléia onde foi deliberada a greve terminou às 21 horas do dia 12 de dezembro e o resultado foi a greve. A princípio uma advertência de apenas três dias, mas se suas reivindicações não fossem atendidas ela se arrastaria por tempo indeterminado. Assim que foi tomada a decisão, a maior parte dos jornalistas não entregou suas matérias para o jornal do dia seguinte, enquanto os gráficos foram para a oficina tentar impedir a impressão dos jornais. Mais tarde, todos esses se juntariam aos motoristas no setor de distribuição para impedir que os jornais impressos fossem para as ruas.

O resultado desse esforço coordenado foi que o *Correio do Povo* atrasou pelo menos três horas e a *Folha da Tarde* simplesmente não circulou. Isso, quando no dia anterior tinha montado agilmente uma edição especial sobre o Grêmio campeão do mundo. Mas segundo Schuster mesmo os jornalistas que foram para o Japão cobrir o jogo, só entraram na redação

para devolver a máquina de escrever e se dirigiram para o comando de greve.

O *Correio do Povo* que foi às ruas trazia uma nota na capa avisando que o jornal estava com proporções reduzidas por causa de “um movimento paredista que afetou alguns departamentos de nosso complexo industrial”. Além de se desculpar pelas faltas e omissões do jornal daquele dia, prometia a normalização da situação nos dias seguintes. Por hora, o *Correio do Povo*, maior jornal do Rio Grande do Sul estava reduzido a só um caderno de 16 páginas, sendo cinco delas de classificados. O resto do jornal estava tomado por notícias de agências internacionais (Associated Press e UPI), matérias de gaveta e muitos *releases* publicados na íntegra. Para completar o quadro, muitos erros de digitação e gramática deixaram aquela edição ainda mais fraca, pois 41 dos 48 revisores haviam aderido ao movimento. A edição foi produzida por apenas 12 dos 70 jornalistas que deveriam estar na redação na véspera e executada por cinco dos 40 digitadores.

A Caldas Júnior acusou o golpe e o patriarca resolveu endurecer. Conforme testemunha Marco Antônio Schuster “eu era presidente da Associação dos Cronistas Esportivos do Rio Grande do Sul e fui num coquetel onde estava o Walter Galvani, diretor-secretário da *Folha*. Lá Breno Caldas chegou a dizer para o Galvani que, 'ou a *Folha* saí amanhã, ou não sai nunca mais'”. Foram contratados novos funcionários para substituir os que paravam e a Brigada Militar começou a garantir a circulação do jornal. Filas duplas de policiais escoltavam os jornalistas que entravam para trabalhar e os caminhões que saíam da garagem, além de proteger quando eles eram carregados no setor de distribuição. Não havia saída do prédio que não fosse vigiada e os grevistas estavam proibidos de entrar ou mesmo de ficar na calçada do jornal. O jeito foi os jornalistas atravessarem a rua para ligar os megafones no volume máximo para, desse modo, serem ouvidos pelos patrões. A brigada tentou impedir isso também. Não foi possível.

Como fazer um jornal sem jornalistas

Galvani conta que no dia seguinte chegou na redação para reordenar o sistema de trabalho na *Folha*. Lembra que a divisão entre os que se foram e os que “continuaram firmes” foi de 70% para 30% (os grevistas afirmavam que eram mais de 80%). Então ele ficou com a maior parte dos recém-contratados, aumentou um pouco a carga horária da redação, cortou um tanto da cobertura do jornal e conseguiu fazer a *Folha da Tarde* voltar

às bancas. Ainda meio capenga, mas de volta às bancas. Conforme os repórteres iam se acostumando com a nova rotina de trabalho, a qualidade da *Folha* aumentou, mas sem nunca atingir novamente o patamar pré-greve. Também porque a prioridade da empresa a partir da crise foi salvar pelo menos o *Correio do Povo* e a rádio Guaíba. Com isso a *Folha da Tarde* sentiu o baque, pois era um jornal mais leve, especializado em esportes e com a maior parte da sua venda em bancas. Suas vendas diárias caíram para menos de 5 mil jornais diários, uma perda de pelo menos 20 mil exemplares por edição.

No dia seguinte os dois jornais da empresa foram publicados e não houve neles nenhuma referência aos seus problemas internos. A redação ainda se apoiava nas agências internacionais para continuar funcionando. Por ironia involuntária chegaram até mesmo a publicar que estava suspensa a greve dos gráficos que deixaria a Grã-Bretanha sem jornais naquela semana. A *Folha da Tarde* nem se deu ao trabalho de explicar a ausência do dia anterior. A greve repercutiu mesmo foi em outros jornais. Já no dia 13 a *Folha de São Paulo* e o *Estado de São Paulo*, além da *Gazeta Mercantil* traziam matérias sobre a greve gaúcha. Notas apareceram em outros jornais de todo o Brasil.

A *Folha de S. Paulo* deu destaque à atuação da Brigada Militar na repressão ao movimento e especula que a empresa poderia ser comprada por Paulo Maluf, pois o deputado Emídio Perondi (PDS-RS), que representa os seus interesses estava negociando com Breno Caldas. O *Jornal da Tarde* avançou mais publicando que com o início da greve, Maluf desistira do negócio e não havia mais interessados. Começava a longa etapa de especulações a respeito do destino da Empresa Jornalística Caldas Júnior.

Somente no dia 14 o concorrente *Zero Hora* publicou um texto sem muito destaque sobre a paralisação do rival. Diplomáticamente, mostrava com correção e sem alarde os motivos da greve e o posicionamento dos donos da empresa. Em nenhum momento eles tratariam do futuro da Caldas Júnior em suas páginas. Mas com o tempo, abriram cada vez mais espaço para falar da crise no rival. No dia 16 mesmo, na sua capa trazia um *A Pedidos* dos funcionários da Caldas Júnior no qual eles conclamavam a população a apoiar o movimento. A lógica por trás do artigo era irrefutável: “(...) a paralisação é o principal instrumento da classe trabalhadora na defesa dos seus direitos essenciais, como receber salários em dia”. Assinando a nota, além dos sindicatos de jornalistas, gráficos e motoristas (que compunham o comando de greve) estavam outras 37 entidades, entre sindicatos e

partidos políticos. Algum tempo depois o número de entidades que ajudariam direta ou indiretamente o movimento grevista iria passar de 100.

Esse apoio externo aos grevistas da Caldas Júnior, começa antes mesmo da deflagração do movimento, com ajuda logística do Sindicato dos Bancários. Quando a greve começa, essa ajuda se torna fundamental: como a sede do sindicato dos bancários ficava em frente ao prédio da Caldas Júnior e foi virou o quartel-general e local das assembléias do comando de greve dos jornalistas, gráficos, motoristas e administradores.

Comando de Greve

Uma vez instalados ali, a direção do sindicato trabalhou para decidir a linha de ação a tomar. Foram criadas seis comissões sendo que as mais ativas delas eram a de mobilização, responsável por agregar mais funcionários para o movimento e organizar os piquetes; a de comunicação, responsável pelos boletins que circulavam diariamente durante a paralisação e a de alimentação, responsável por arrecadar dinheiro e alimentos para manter os mais de mil funcionários que aderiram à greve. Havia também as comissões de fundo financeiro e a responsável por coordenar a greve nas sucursais do interior, além da comissão de festas, que organizava eventos onde seria divulgado o movimento entre a população e arrecadar dinheiro. Cada uma dessas comissões tinha metas e tarefas, cujo andamento seria relatado em assembléia.

As tarefas iniciais estavam definidas num folheto que circulava no comando de greve. Eram elas: uma grande passeata dos trabalhadores pelo centro de Porto Alegre, convencer os funcionários que aderiram ao movimento à dedicar suas horas de trabalho para a greve, divulgação de folhetos e boletins para tornar público o andamento da paralisação e conscientizar os cidadãos de Porto Alegre para apoiar o movimento, "piquetões" de madrugada para impedir a saída dos jornais, manter as manifestações pacíficas e a criação e manutenção do fundo de apoio ao funcionários em greve.

A primeira tarefa da comissão de comunicação foi redigir o boletim que circulou no dia 14 avisando que a luta recém estava começando. "A edição do *Correio* e da *Folha* hoje não é uma derrota da nossa paralisação. Se os jornais saíram, agradecemos à dedicação de alguns 'colegas' que passaram de 12 a 15 horas na redação (...)". Denuncia também que os policiais estavam não só fazendo a proteção dos comboios com os jornais, como também

fazendo um trabalho de intimidação dos grevistas.

A parte de comunicação era também bastante voltada para a população, pois ela ainda se mostraria vital para a estratégia de mobilização do sindicato. “Qualquer greve é dura, mas entre nós jornalistas a greve é a mais dura que pode haver, pois não é divulgada pela mídia e ninguém chega à saber que os jornalistas de determinado veículo estavam lutando por alguma coisa”, lembra a jornalista Jurema Josefa, que ainda hoje trabalha no *Correio do Povo*. De toda a lista de tarefas, a mais urgente e importante, logo, era fazer panfletos e sair na rua fazendo barulho e explicitando os problemas internos da empresa. Os dirigentes do sindicato acreditavam estar lutando não só pelos seus empregos, mas pela empresa. E a forma escolhida de salvar a Caldas Júnior foi fazer a situação não ser problema só dos funcionários, mas do Estado. Afinal de contas, eram dois mil empregos e o jornal mais importante que já existiu no sul do país. Um dos mais antigos e tradicionais da América Latina. Isso haveria de contar alguma coisa.

Representantes do comando de greve foram destacados para tentar apoio político na crise. Primeiro entre os deputados gaúchos, onde muitos parlamentares afirmavam ter interesse pelo caso, mas não puderam, ou não quiseram fazer quase nada de prático para ajudar a resolver o impasse. As únicas contribuições parlamentares relevantes para a causa dos funcionários foram Cr\$ 625 mil doados pela bancada do PMDB e Cr\$ 130 mil doados pelo PDT. Por isso, os representantes insistiram até conseguir uma audiência com o governador Jair Soares (PDS) que disse sentir muito, mas esquivou-se do problema alegando que o estado não poderia colocar dinheiro na iniciativa privada. Tentaram também falar com Murillo Macêdo, ministro do Trabalho, mas ele nunca recebeu representantes dos grevistas.

De frente pro crime

Com uma localização tão privilegiada quanto a sede do Sindicato dos Bancários, mesmo com a polícia protegendo todas as entradas, era só sair do prédio, dar alguns passos e ligar o megafone para ser escutado dentro da redação. E embora a linha defendida pelo comando de greve fosse de convencimento dos funcionários que não aderiram, havia muito de provocação por parte dos grevistas. Os diretores ouviam brincadeiras e palavras de ordem, acompanhadas sempre de aplausos sarcásticos de quem estivesse ali. Que por vezes

eram pessoas que não trabalhavam na empresa, mas apoiavam a causa dos grevistas.

A tensão entre grevistas, não-grevistas e policiais nunca chegou a níveis preocupantes, mas seu maior incidente foi registrado logo na madrugada do dia 14 para 15 de dezembro. Quando os grevistas furaram pneus e depredaram alguns caminhões, mas foram retirados da frente da garagem pela polícia. Então algum manifestante não identificado jogou um tijolo no vidro de um dos caminhões que estava saindo, quebrando um vidro e ferindo o motorista. Por sorte apenas superficialmente. O autor da “proeza” foi capturado e solto pela policial sem ser identificado.

O incidente foi o que bastou para que a empresa quebrasse o silêncio com que os seus jornais tratavam a greve. No dia 15 de dezembro ambos saíram com uma matéria de capa acusando o movimento grevista de descambar para a violência. Acusam os dirigentes do comando de greve de estimular agressões e terminam afirmando que o movimento está “desvirtuado em suas finalidades e foi frustrado em impedir a circulação do *Correio do Povo* e da *Folha da Tarde*”.

Walter Galvani conta que a partir da contratação de novos jornalistas, o problema mais sério para quem continuava fazendo os jornais foi na parte da distribuição. Não apenas quase 90% dos motoristas estavam parados como, nas palavras do secretário de redação da *Folha* “eles eram trabalhadores pra valer. Não é a mesma coisa que um sindicato de intelectuais como os jornalistas”. O que ele queria dizer é que muitos motoristas, ao contrário dos jornalistas, estavam dispostos a partir para o confronto físico se isso fosse necessário para impedir os jornais de circular. Galvani conta que na época circulava na redação a história de que deram dois ou três tiros num caminhão na *free-way*, o que nunca foi comprovado. Por causa da organização dos motoristas, até mesmo o diretor de administração Adriano Soares teve que dirigir um caminhão de entrega de jornais para que o *Correio do Povo* não atrasasse ainda mais. O mesmo Adriano Soares depois foi acusado pelos motoristas de ameaçar quem participasse da greve, dizendo que seriam buscados em casa por agentes da Polícia Federal.

As denúncias obviamente foram negadas de parte a parte. Os dirigentes da empresa diziam estar apenas protegendo o patrimônio da Caldas Júnior contra vândalos depredadores, enquanto os funcionários diziam que a brutalidade era praticada pela brigada

militar e pelos seguranças contratados para garantir a circulação dos jornais. Hoje, vindo em perspectiva, todos concordam que a greve foi até bastante civilizada:

- Ouve momentos de discussões amargas, entre quem tinha aderido e quem não tinha. Pode-se dizer que houve tensão, mas não chegamos à desinteligência - conta João Borges de Souza. Schüster completa esse raciocínio lembrando que por conta das diversas categorias envolvidas, o comando de greve era enorme e heterogêneo: "Realmente havia gente querendo obrigar os fura-greves a parar, queria fazer "miguelitos", mas eles sempre foram minoria. A greve em termos gerais foi bastante pacífica".

Outro fator que contribuiu para que a greve não descambasse para o vandalismo foi a presença de um grande número de mulheres entre os jornalistas. Já naquela época o Rio Grande do Sul era pioneiro na contratação de mulheres para o trabalho de reportagem, sendo que elas eram maioria em muitas editoriais. Na Caldas Júnior foi a iniciativa de procurar os seus novos empregados nas faculdades que possibilitou que a maioria delas ingressasse na redação. A jornalista Jurema Josefa teoriza que naquela época, os homens dificilmente faziam curso de jornalismo porque o salário não era suficiente para sustentar uma família. Então dificilmente eles iriam perder quatro anos se preparando para exercer a profissão.

Se essa foi realmente a causa da tomada dos postos da empresa pelas mulheres, é difícil comprovar. Mas elas realmente contribuíram para que os conflitos não se exacerbassem na porta da Caldas Júnior. Quando os seguranças da empresa retiravam as barreiras formadas na frente do setor de circulação, algumas delas deitavam na frente dos caminhões e eram secundadas por outros companheiros que ficavam na porta. Diante desse quadro, mesmo estando ainda numa ditadura militar, a polícia e os seguranças maneiravam em suas intervenções para não piorar a sua imagem e a imagem da empresa. Ainda assim os sindicalistas garantem que alguns grevistas, vez ou outra ainda acabaram sendo agredidos fisicamente pela polícia militar.

Saquem suas penas

Mas a agressão preferida pelos jornalistas, como não podia deixar de ser, era pela palavra. Verbalmente, através dos megafones ou através de textos que circulavam nas redações, nas ruas ou nos murais. Quando não tinham nada melhor para fazer, os grevistas

iam diariamente para a calçada com o megafone e começavam a entoar palavras de ordem ou fazer a lista de chamada dos fura-greve ausentes no movimento. Cada nome de um companheiro que estava trabalhando era seguido de um grito de “ausente” entoado pelos grevistas. Era muito comum que os não-grevistas se irritassem com as manifestações e acusações e fossem para janela xingar a plenos pulmões quem estava lá embaixo. Logicamente essa troca de insultos nunca envolvia os diretores ou editores do jornal, muito menos os dirigentes do sindicato. O pessoal mais graúdo deixava clara sua posição através de manifestos, cartas e boletins.

A empresa em geral se manifestou nos seus jornais e de maneira bastante sucinta. Porém, cerca de uma semana após o início da paralisação começou a circular o manifesto assinado por quem continuava na redação. Incluindo a assinatura dos secretários de redação do *Correio do Povo* e da *Folha da Tarde*, ele justificava a escolha de muitos jornalistas em permanecer no trabalho. Como era um manifesto dos jornalistas, e não dos dirigentes, no texto *Por que não paramos* não havia sinal da hostilidade com que a empresa tratava os seus funcionários reivindicantes. Era uma tentativa de acabar com a mordacidade com que os grevistas tratavam os fura-greve. Ele dizia:

“A opção por permanecer na redação foi consciente, resultado de um consenso de que a hora não era própria para abandonar o barco. Acreditamos que o momento de crise exigia trabalho, para provar a possibilidade de sobrevivência, para não deixar que um espaço conquistado com esforço fosse perdido.

Desde o início, respeitamos o direito de quem havia decidido o contrário. (...) Apenas escolhemos uma forma diferente de luta. (...) Os insultos, agressões, a angústia, tudo atribuímos ao fato de deixar-se levar sem pensar criticamente no momento histórico vivido.

Da mesma forma que os grevistas, queremos salário. (...) Nossa consciência está tranqüila. Apenas não aceitamos ser estereotipados, taxados disso e aquilo (...) Porque vocês não conhecem nossas histórias particulares. Não sabem da trajetória, dos valores e dos motivos dos que permanecem na trincheira. Assim, não damos o direito de sermos julgados, como não pretendemos ser juízes do movimento e de seus participantes(...)

Que o senso profissional, a consciência que nosso produto não é sapato nem massa de tomate (que pode ser retirado das prateleiras e voltar uma semana depois), prevaleçam. Que o mercado, o

respeito e a garantia de que aqueles que nos lêem terão sempre opções de escolha neste Estado tenham sido conquistados. É só o que esperamos.”

Esse manifesto continha praticamente todas as argumentações usadas pela minoria que não participou do movimento. A partir daí dificilmente algum dos não-grevistas entrava em discussões sobre os méritos da greve. De certa maneira, estavam combinados a tentar apenas fazer o trabalho (cada vez mais intenso) e ignorar quem tentava convencê-los do contrário. Não se justificariam mais.

Dias depois, o texto foi publicado na página 3 dos jornais da Caldas Júnior. O manifesto foi recebido com cinismo pelos grevistas. Marco Antônio Schüster conta que os que continuavam na redação acreditavam ser os únicos abnegados preocupados com o futuro da Caldas Júnior:

- Nós também lutávamos para salvar a empresa, ao contrário do que diziam os fura-greve. Eles até costumavam dizer que estávamos todos no mesmo barco, mas devia ser algo como um barco viking: 2000 remadores escravos sem água nem comida deveriam trabalhar para salvar o barco para a meia dúzia que empunhava o chicote. Não era o nosso jeito de salvar a empresa.

Após o relato sobre o “vandalismo” dos grevistas e do manifesto, o comando de greve tratou de responder com uma nota pública afirmando que a continuidade da greve não acontece por intransigência de sua parte, mas pela omissão dos diretores da empresa. Para lembrar disso, lembrou que a Delegacia Regional do Trabalho que tinha se estabelecido como mediadora das negociações também não obteve qualquer resposta de Breno Caldas. Nem mesmo uma negativa. “(...) A população está sendo enganada pelo trabalho de alguns que se dizem imbuídos de uma 'causa nobre', que seria a preservação do mercado de trabalho. Mas estamos convencidos de que a Empresa Jornalística Caldas Júnior, enfrentando hoje a maior crise financeira de sua história, não será salva pelo trabalho de uns poucos de seu quadro permanente que ainda estão em atividade (...).”

Como lembra o vice-presidente do Sindicato dos Jornalistas Manuel Loir Gonçalves, “a maior parte dos grevistas sentia pesar pela greve, mas nos faltava o essencial: salários. Mesmo assim não tinha muita revolta da parte dos funcionários. Eles gostavam da empresa.

Eu tinha 12 anos de casa. Todos tínhamos a noção de que pisávamos em ovos, não queríamos acabar com o símbolo que o *Correio* era para o Rio Grande, mas tínhamos de lutar, pressionar. Nosso motivo era nobre: subsistência básica”.

Para Walter Galvani a opinião dos grevistas era lógica e justificável. Mas eles não sabiam a situação econômica real da empresa. “Eu tinha números. Tive acesso aos valores da dívida. Era cerca de 13 milhões de dólares, um valor impagável na época. Breno Caldas estava negociando em Brasília para receber dinheiro de um empréstimo ou uma ajuda do governo federal. Era a única saída para a empresa. Mas era preciso de tempo para negociar isso sem que o acordo se tornasse público, e a greve ia expor os problemas da empresa e espantar qualquer possibilidade de ajuda. Quando soube dela, eu disse que sabia do estado real da empresa e que o Breno tinha me mostrado coisas que eu não podia contar para ninguém. Eu sabia que a empresa dependia só de um empurrão para ir pro abismo, mas não aceitaram meu conselho”. Galvani ainda concede que com as informações que os grevistas dispunham, a greve poderia mesmo parecer uma decisão acertada.

Mas mesmo hoje em dia, refletindo a respeito e conhecendo as negociações que ocorreram nos bastidores, Loir Gonçalves ainda acredita no acerto da decisão que tiveram.

- Sempre há posições contrárias e além dos puxa-sacos, havia gente bem intencionada. Muitos tinham situação econômica definida e só pensavam na salvação do jornal. Mas é que uma coisa é o lado da importância social da profissão; outra é a questão da sobrevivência. Estávamos entre esses dois lados, mas quando escolhemos um, não esquecemos o outro”. Mas ele admite que quando o movimento começou não achava que a empresa estivesse em situação tão delicada.

As expectativas exageradamente positivas dos grevistas aparecem principalmente no planejamento inicial do comando de greve. Como foi dito, a greve começou apenas como advertência por três dias. Eles esperavam fazer algo como os metalúrgicos de uma indústria de Porto Alegre, que na semana anterior à greve dos jornalistas parou o trabalho por dois dias e conseguiu que a empresa pagasse o 13º salário. Ninguém suspeitava que uma empresa do porte e da tradição da Caldas Júnior não tivesse condições de colocar em dia o pagamento de seus funcionários caso fosse pressionada nesse sentido. Os jornalistas passaram então à pressão.

Logo começaram as passeatas pelo centro para alertar sobre a situação da empresa. Conversas em bancas de revista para conscientizar o leitor a boicotar o *Correio do Povo*, cartazes e boca-a-boca nas ruas. A reação inicial das pessoas ao saber da situação da empresa foi de perplexidade. A imagem que o *Correio do Povo* passava era a de ser um jornal hegemônico pertencente a uma das empresas mais sólidas do Brasil. Era difícil fazer alguém acreditar que a “Caldas do dr. Breno” atrasasse o salário de seus funcionários e ainda pudesse estar em má situação financeira. O poderio da empresa era tal, que mesmo com a queda brusca de qualidade de seus produtos na primeira semana da greve, eles mantiveram-se com uma tiragem de 100 mil exemplares por dia e com o jornal repleto de anúncios.

Os gaúchos têm de saber

As tarefas de distribuição de panfletos e as passeatas logo tornaram-se um árduo corpo a corpo para convencer os gaúchos da importância de se manter não apenas um jornal forte, mas a dignidade de quem trabalhava nele. Convencer a população que o todo poderoso diretor-presidente da Empresa Jornalística Caldas Júnior foi incompetente para administrar a modernização. Que ele era centralizador e que a greve deveria ser ajudada. A maioria das pessoas mostravam-se receptivas e curiosas. Queriam saber a verdade sobre a situação da empresa.

O apoio popular e a evidência que o movimento conquistou em Porto Alegre foi enorme. Mas como lembra Borges de Souza, talvez não tão grande como pode parecer pelas doações que receberam. Apenas no dia 19 de dezembro 25 empresas colaboraram com alimentos e contribuições, num total de 110 quilos de carne, 126 de arroz e 68 de feijão. Dois dias depois entravam 24 caixas de leite em pó, 80 barras de sabão, 115 de feijão, 600 de arroz e 90 de açúcar. Esses números foram consequência do trabalho incessante e eficiente da comissão de alimentação para amparar a greve. Ainda houve muitas pessoas que contribuíram com o fundo de greve, no entanto, a maior parte do dinheiro foi pago por jornalistas de outras empresas solidários com os companheiros de profissão, além de políticos. A população estava interessada e curiosa, mas não engajada. "Pela própria natureza, uma greve de jornalistas não atrai antipatia da população, pois não é um serviço de primeira necessidade. Não é como parar os ônibus. Então a população apoiava, mas simplesmente por simpatia por gente que tinha trabalhado duro e não pedia mundos e

fundos, só queria receber o salário. Era uma greve justa demais para não ser apoiada".

Esse interesse do público pela situação do seu jornal mais tradicional garantiu visibilidade para a greve dos funcionários. Depois que os grevistas começaram o trabalho de divulgação conversando pessoalmente com os leitores e explicando sua situação muitos deles procuravam novos panfletos e perguntavam por novidades. Mas esse trabalho não poderia ter sido feito se o ambiente em Porto Alegre não fosse propício para isso.

Marco Antônio Schüster lembra que Porto Alegre, na época, era uma cidade com um sentimento forte de oposição ao governo do estado e do Brasil. "Muita gente estava frustrada por não ter eleito Pedro Simon governador". Para ele o passo seguinte do comando de greve foi natural: "nós ligamos a Caldas Júnior à ditadura e democratizamos a greve. O jornal mais tradicional do estado era um aliado da ditadura e aproveitamos o sentimento que existia na época. Mas, na verdade, o motivo da greve foi puramente econômico. Conseguimos muito apoio entre os nossos leitores, embora houvesse gente dizendo que estávamos sendo pagos pela RBS".

No dia 20 de dezembro essa campanha ganhou mais um argumento quando Breno Caldas deu mais uma mostra de seu gênio intransigente. Ele simplesmente se recusou a conversar com Luiz Alberto Macedo, titular da Delegacia Regional do Trabalho que iria intermediar as negociações. Apenas disse para ele que avisasse aos representantes dos funcionários que iria demitir todos os funcionários paralisados alegando justa causa. Esse movimento de Breno Caldas fez com que os funcionários também radicalizassem sua posição. Eles aprovaram em assembléia a continuidade da greve por tempo indeterminado e se prepararam para um movimento de longa duração. O próprio Luiz Alberto Macedo compareceu na assembléia e disse que reconhecia a "justiça da paralisação", mas absteve-se de falar sobre legalidade ou ilegalidade da greve.

No dia seguinte, através dos seus respectivos sindicatos, os funcionários da empresa entraram com um processo de dissídio coletivo no Tribunal Regional do Trabalho. Já que a empresa não negociaria, os funcionários iriam tentar obter na justiça o pagamento do que lhes era devido. A primeira audiência estava marcada para a manhã do dia 23 de dezembro. O processo iniciado pelos jornalistas fundamentava-se na legalidade da paralisação, que só começou porque todas as possibilidades de negociação foram esgotadas. Além disso, todos

os prazos previstos na lei foram cumpridos. Mas isso tudo não dava aos funcionários a garantia de que o movimento seria considerado legal. Embora a declaração do titular da Delegacia Regional do Trabalho tenha dado mais esperança ao comando de greve, nunca em toda a história do sindicalismo brasileiro um tribunal havia concedido a legalidade a um movimento grevista.

Rua da amargura?

No dia 21 foi a vez do *Correio do Povo* e da *Folha* saírem com uma nota de *Esclarecimento ao Público* na capa. O texto era o sinal definitivo da radicalização da posição dos patrões. Acusa os funcionários de “não satisfeitos com esse ato de indisciplina (greve), partiram para a violência, atingindo pessoas e danificando veículos”. Diz que os donos da empresa se sentem insultados pelo que se diz em boletins e auto-falantes instalados nas dependências de seus jornais e acusa inveridicamente os sindicatos de não observarem as formalidades jurídicas do direito de greve. A nota qualifica a maneira que os funcionários escolheram para reivindicar seus direitos de ser apenas um “ato de indisciplina de uma minoria atuante”. Termina dizendo o mais importante nos dois últimos parágrafos:

“não é possível manter duas equipes de funcionários. Uma atuando com sacrifício para ajudar a vencer a crise, e outra, uma minoria integrada também por estranhos, conhecidos ativistas e agitadores; que afastada do trabalho e tumultuando o esforço dos demais.

A EJ CJ deliberou demitir por justa causa todos os que se afastaram do trabalho desde a semana anterior e partiram para os impropérios, desrespeito e violência. A partir de agora o caso está entregue à justiça do trabalho, e a esta caberá decidir”.

Agora que a decisão estava nas mãos do TRT, havia muito a ser feito pelos jornalistas para garantir a vitória. O trabalho das comissões mostrou-se bastante eficiente. Os sindicatos tinham um bom dinheiro no fundo de greve, além de estarem conseguindo arrecadar mais. Com isso foi possível começar o pagamento de vales para os funcionários paralisados. Os valores chegavam a até Cr\$ 50 mil cruzeiros, quase o que a empresa pagava para quem continuou trabalhando. Esses vales não eram recebidos por todo mundo. A prioridade era dos que tinham salários menores ou de quem realmente estivesse

comprometido por problemas financeiros. Das três categorias paralisadas, os jornalistas eram os que recebiam os melhores salários, além de terem a possibilidade de fazerem 'frilas' para outras empresas. Desse modo o socorro financeiro vinha principalmente para garantir que os motoristas e os gráficos pudessem se manter durante o movimento.

A segunda parte da ajuda de greve ficou por conta da atividade da comissão de alimentação. O trabalho dos jornalistas nessa comissão foi especialmente bem-sucedido. Os "ranchos" eram distribuídos aos poucos, também tendo como critério a necessidade de cada grevista. O maior deles foi dado na proximidade do natal. Esses ranchos não garantiam refeições balanceadas. Às vezes faltava feijão, mas havia supérfluos como café e doce de leite. Mas não houve reclamações:

- A gente dizia 'bah, vamos comer melhor que o pessoal que continuou trabalhando e ria da situação' - lembra Schüster - nós tivemos um natal muito legal.

Garantir a subsistência dos grevistas não chegou a ser uma festa (a comissão de festas só montou o seu primeiro show no dia 19). Para Jurema Josefa, talvez até tenha a prejudicar um pouco o exercício da profissão. "Por muito tempo cobri o setor primário (agrícola) da economia e por isso fui para a comissão de alimentação. E daí está o aspecto mais duro da greve de jornalistas: tu constróis relações profissionais com as tuas fontes e numa greve é obrigado a ligar para elas, dizer que não vai escrever absolutamente nada a respeito dele ou da sua área de atuação. Daí tu tens que explicar a situação e pedir comida pras tuas fontes. É prejudicial e constrangedor. É muito dura uma greve de jornalistas porque pode estragar a relação com as tuas fontes".

Na comissão de comunicação as pessoas originalmente escolhidas na assembléia para a função não foram as únicas que participaram. Quem mais escrevia para os boletins e manifestos era Remi Baldasso, o presidente do Sindicato dos Jornalistas do Rio Grande do Sul. Mas havia também repórteres, diagramadores e fotógrafos escalados para a produção diária de boletins. Sendo que os textos opinativos passavam pelo comando de greve antes de serem editados.

A comissão que tinha o trabalho mais limitado era a relativa às sucursais do interior, pois a maioria delas tinha um ou dois jornalistas, então era virtualmente impossível impedi-los de cumprir suas funções se eles não fossem convencidos a aderir ao movimento. Isso

não significa que a greve não ocorresse fora de Porto Alegre. Ela só não teve a mesma força. Ainda assim, com as adesões que houve foi possível deixar os jornais sem notícias de diversas regiões do estado, inclusive na televisão.

Outra comissão que começou a atuar no final de dezembro foi a de shows. Começou modesta apenas com um show dos autores e instrumentistas Cláudio Levitan e Beto Meimes no auditório do Museu do Trabalho. Projetos maiores ainda viriam conforme a necessidade de arrecadar dinheiro se mostrasse maior. Ainda havia reservas.

Pela força da lei

No dia 23 ocorreu a primeira reunião no Tribunal Regional do Trabalho (TRT) com representantes dos trabalhadores e da empresa. O titular do TRT, o juiz João Antônio Pereira Leite colocou uma proposta conciliatória que dava um prazo para a empresa normalizar a situação com os funcionários. Esse parcelamento da dívida, afinal de contas seria o máximo que os grevistas poderiam conceder. Em troca disso, eles voltariam imediatamente ao trabalho. Não haveria punições para os grevistas, exceto aqueles que fossem demitidos por praticarem atos violentos.

A esperança de que a audiência pudesse ajudar a resolver os problemas antes do natal se desfez assim que os representantes de Breno Caldas entraram no tribunal. Na véspera mesmo, já havia sido demitido Cláudio Medina, editor de economia do *Correio do Povo*, por não cumprir funções que acumulava na rádio Guaíba. Mas a resposta da empresa e dos funcionários só chegaria no TRT no dia 26, depois do recesso de natal.

A tradicional festa de natal dos empregados da Caldas Júnior foi substituída por uma mais espontânea. Após o encerramento da assembléia do dia 24 de dezembro foram distribuídos os ranchos de natal e começou uma festa improvisada. Foram sorteados 30 panetones (que foram divididos ali mesmo), oito garrações de vinho (tomados em ato contínuo) e doces e brinquedos para todas as crianças presentes.

Aliás, crianças é que não faltaram nas reuniões e manifestação dos funcionários. Não que fossem muitas, mas como havia muitas mães na empresa e mesmo casais de trabalhadores da Caldas Júnior, sempre alguém aparecia com os filhos. Rejane Lempek lembra que sua filha tinha apenas um ano e compareceu em quase todas as passeatas, além de alguns piquetes. “Mas graças a Deus eu a convenci a não seguir essa profissão

maldita”, brinca.

A resposta que chegou da reunião do Tribunal Regional do Trabalho foi mais um desacordo. O comando de greve aceitou os prazos de pagamento estipulados pelo juiz João Antônio Pereira Leite, mas a empresa não. Além de não aceitar, a Caldas Júnior não sugeriu nenhum outro cronograma de pagamentos. Simplesmente disse não ter recursos. Com o impasse, Pereira Leite decidiu marcar uma nova audiência para os representantes da empresa no dia 10. Dessa vez não seria para negociar, mas para que eles apresentassem sua defesa no processo movido pelos sindicatos para receber os salários pela força da lei.

Os integrantes do comando de greve estavam começando a perceber que a situação financeira da empresa era irreversível. Por isso comemoraram muito o resultado inédito da avaliação que a justiça fez do pedido de arresto dos bens da Empresa Jornalística Caldas Júnior. A juíza do trabalho Magda Biavaschi concedeu liminar que determinava o recolhimento de todos os valores pagos pelas agências de propaganda. A empresa foi notificada que o faturamento diário da empresa com assinaturas e vendas avulsas também seria recolhida e não escapariam nem os pequenos anúncios e os classificados. Um oficial de justiça recolheria diariamente todo o faturamento apresentado.

Outro efeito do arresto dos bens foi que a Caldas Júnior estava proibida de vender os equipamentos que possuía. Se o fizesse, o dinheiro seria confiscado para saldar as dívidas trabalhistas. O recolhimento dos classificados foi cancelado pelo presidente do TRT dias depois quando houve a apelação dos advogados patronais, mas esse dinheiro não era o grosso do faturamento da empresa. No julgamento da apelação inclusive João Antônio Pereira Leite declarou considerar irrelevantes os argumentos oferecidos pela empresa para contestar o arresto de sua receita. Sem o dinheiro que ainda pingava na empresa ficava mais difícil para Breno Caldas conseguir papel para rodar o jornal. Não seria possível nem mesmo deixar as rotativas como garantia, pois elas eram a garantia dos funcionários. Entre pagar seus funcionários e seus fornecedores, Breno vinha priorizando sistematicamente os segundos. Agora só restava o dinheiro que pudesse conseguir nos bancos.

Por isso a ação seguinte dos advogados dos grevistas foi conseguir em outra ação judicial o bloqueio de uma conta da empresa até o valor de Cr\$ 60 milhões, garantindo assim que o dinheiro iria para os funcionários. Também não seria permitido que o

patrimônio da empresa fosse dilapidado sem que seus empregados garantissem o que lhes era devido. A empresa entrou com liminares contra essas decisões nas semanas seguintes, mas elas apenas cancelavam o arresto por alguns dias até a próxima reunião no TRT, quando o arresto era novamente confirmado.

Começaram a receber esse dinheiro os funcionários que entraram na ação do comando de greve num primeiro momento. Mas também estava certo que mesmo quem não parou e participou da ação judicial receberia os atrasados. A grande questão era quando, pois o dinheiro que entrava já não era tanto assim. Mesmo assim, as vitórias nos tribunais e a grande mobilização eram parte de um sucesso nunca antes alcançado num movimento sindical no país.

O despacho do presidente do TRT no dia 26 de dezembro também iria acabar com parte dos argumentos de intimidação da empresa. Pela primeira vez o fato da greve ser considerada legal serviu de embasamento à uma decisão favorável aos funcionários: "note-se que a Lei nº 4330/64 prevê expressamente, a greve pela falta de pagamento de salários (Artigo 16), e defende de constrangimento ou coação, nos períodos de preparação, declaração e no curso da greve os empregados que dela participarem". O despacho do juiz termina determinando que um oficial de justiça compareça à empresa e proíba de trabalhar todos aqueles empregados ou prestadores de serviço que tenham sido admitidos após a decretação de greve. Afinal de contas a lei de greve proibia os empregadores de substituir os grevistas por outros empregados.

Embora a empresa tenha efetivamente contratado estagiários e novos funcionários para substituir parte dos trabalhadores mobilizados, Pereira Leite procura evitar que a empresa possa ser processada por desobedecer a lei de greve. Por isso ele destaca que "não há, todavia, nenhuma evidência nos autos de que isto tenha ocorrido, de molde a justificar a intervenção judicial". Trocando em miúdos, se a empresa enfiasse o rabo entre as pernas e demitisse os novos contratados, o TRT fingiria que eles nunca estiveram substituindo os grevistas. O que em linguagem judicial significa que "tudo bem ponderado, oficie-se à Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio Grande do Sul, solicitando-lhe que assegure aos grevistas as garantias do art 19, I, II e parágrafo único, da Lei nº 4330, de 1964. Intime-se a suscitada para que se abstenha de demitir empregados que estejam participando da greve."

Foi garantido também aos grevistas, o direito de aliciamento pacífico, coleta de donativos, uso de cartazes de propaganda e a garantia de emprego para os paralisados. Isto é, as ameaças aos funcionários já não se sustentavam. Quando as brigas judiciais de dezembro terminaram, a Caldas Júnior estava quase na lona. Mas as decisões do TRT ainda não significavam que a greve era considerada legal, simplesmente indicavam que o tribunal estava propenso a dar a vitória aos jornalistas.

Descontração

Com a decisão de Pereira Leite, Breno Caldas decidiu recuar, mas demitiu apenas alguns dos funcionários contratados no início da greve. Isso foi feito de forma coordenada pelos editores da empresa e os jornais conseguiram continuar na rua, embora com uma nova queda de qualidade. A tática continuava sendo conseguir muitos colaboradores e utilizar matérias nacionais e internacionais em detrimento da cobertura regional, além de *releases*. Outro fator que contou muito foi que os fura-greve se habituaram a fazer os jornais com redações enxutas. No final de dezembro a *Folha da Tarde* estava saindo com apenas 24 páginas e o *Correio* com apenas 32, praticamente sem digitadores e sem revisão depois que mais gente desses setores aderiu ao movimento. O tamanho dos jornais manteve-se nesse patamar durante a semana até o final da greve.

A última atividade grevista digna de nota em 1983 foi o grande *Piquete Nativista* promovido pelos grevistas no auditório Araújo Viana no dia 29. Um grande bailão com uma dúzia de artistas da música regional. Para essa festa, uma empresa tinha doado mais de 100 quilos de frango, que foram preparados pelos jornalistas para serem vendidos durante o baile. Como este começou às nove da noite e foi até o meio da manhã do dia seguinte, o reforço do caixa foi grande.

- Ficou tudo lotado, arrecadamos um bom dinheiro e todos se divertiram bastante - lembra Marco Antônio Schüster - e quando já estava amanhecendo um sujeito meio bêbado foi me parabenizar porque tinha sido uma festa bonita e tranqüila. Naquela época era raro um bailão que não desse brigas feias e nós, além de organizarmos um movimento que teve muita importância para a categoria, fizemos festas marcantes.

"Adeus 1983, um ano que todos querem ver pelas costas"

Depois da ressaca da festa e do *reveillon*, foi a vez de voltar à luta. A falta de dinheiro foi ainda mais intensa para os fura-greves no ano-novo. Com o bloqueio da conta do Bradesco, a Caldas Júnior não conseguiu nem pagar os vales de quem continuou no batente. Ao mesmo tempo o comando de greve distribuiu Cr\$ 750 mil entre os grevistas, além de um rancho com frutas, legumes e outros mantimentos. Os funcionários tinham condições de se sustentar até o dia 10 de janeiro quando seria julgado o mérito. Estava começando a ficar claro que a força dos grevistas era maior que a da própria empresa. No ano-novo saiu apenas o *Correio do Povo* com a sintomática manchete "Adeus 1983, um ano que todos querem ver pelas costas".

Antes do fim do recesso do TRT a comissão de comunicação pôs na rua a única edição do *Jornal da Greve*. Bem acabado graficamente e custando Cr\$ 100,00; trazia um balanço geral do movimento dos funcionários da Caldas Júnior. A manchete escolhida soava como um grito de auto-afirmação da categoria: *Dignidade acima de tudo*, em caixa alta e letras azuis. "Não estamos pedindo aumento, achamos que o nosso local de trabalho é suportável, mas exigimos o mínimo: receber a resposta em dinheiro pelo nosso suor. A nossa greve, entretanto, tem um ponto em comum com os demais trabalhadores brasileiros: a defesa da nossa dignidade ante a prepotência e o desrespeito demonstrados pelos patrões", encerrava o texto em tom editorial. Completando a capa uma charge e alguns poemas do mais ilustre dos grevistas, o poeta e tradutor Mário Quintana.

Aliás, a participação do conhecido poeta contribuiu bastante para a divulgação e legitimação da greve. Ele estava numa fase difícil, doente e sendo despejado do Hotel Presidente onde havia morado a maior parte da vida. Mas continuava mantendo o mesmo bom humor de sempre, enquanto comentava como conseguia sobreviver sem receber o salário. Seu prestígio era enorme e sua coluna era uma das mais populares do *Correio do Povo*. Talvez sem o seu apoio, as informações sobre o movimento ficassem ainda mais confinadas ao Rio Grande do Sul, pois em todas as matérias feitas sobre sua situação pessoal ele comentava sobre o *Correio do Povo*. Além disso, Quintana estava presente para distribuir panfletos na rua da Praia quando era preciso chamar a atenção da população, participou de diversas assembléias e comparecia no tribunal quando os juízes decidiam a sorte do funcionários paralisados. Sempre era saudado entusiasticamente, mas em suas

próprias palavras, era um grevista como outro qualquer. "Não sei porque todo esse barulho, a minha única diferença é a idade. Tenho 30 anos de casa e lá possuo muitos amigos. Por isso, gostaria de voltar ao trabalho. Lamento se não puder voltar. Se isso acontecer a culpa não é minha. O que é que eu posso fazer? Tenho que parar em solidariedade aos meus companheiros" comentou o poeta no único discurso que fez em assembléia (que foi reproduzido em *O Globo* e *O Estado de São Paulo*).

- O apoio de Mário Quintana ao movimento grevista foi um gratificante, pois conseguimos aplausos para a diretoria do sindicato e deixamos os dirigentes da empresa irritadíssimos. Foi uma surpresa pois todos o consideravam amigo pessoal dos diretores da empresa, mas em 82 ele apoiou a nossa chapa eleita para a direção do sindicato. Estava afinado com o que estávamos fazendo. Conta Loir Gonçalves

A partir do *Jornal da Greve* os jornalistas começaram a pressionar para que os jornais da Caldas Júnior fossem vendidos. Ninguém mais acreditava em recuperação se Breno Caldas continuasse no comando. A comissão de jornalistas que estava em Brasília e não tinha conseguido falar com o Ministro do Trabalho conseguiu finalmente uma audiência com Murillo Macêdo, além dos ministros Leitão de Abreu, da Casa Civil ; Jarbas Passarinho, da Previdência Social; e Haroldo Corrêa, das Comunicações. Murillo Macêdo admitiu que a greve era legal, mas assinalou que os funcionários deveriam esperar o pronunciamento da Justiça. Mais importante: os ministros confirmaram que o governo federal não iria mais colocar dinheiro na Caldas Júnior pois não consideravam que essa fosse a solução. Eles poderiam apoiar a venda da empresa para outro grupo.

Pensando nisso, representantes Sindicato dos Jornalistas fizeram várias reuniões com empresários pra intermediar a venda da empresa, mas, inicialmente Breno Caldas rejeitava as propostas por achar que ainda poderia reverter a situação. Loir Gonçalves conta que Breno acreditava que o *Correio do Povo* seria ajudado mesmo depois de todo o prejuízo que deu, pois o jornal era um patrimônio gaúcho. "Até a última hora ele esperou por ajuda do governo". Quando a crise ficou realmente irreversível, Breno Caldas tentou vender a empresa. Mas depois de ver o tamanho da dívida, todos os interessados desistiam. Os sindicatos então encomendaram ao Dieese um estudo sobre a viabilidade econômica de uma co-gestão entre os empregados e acionistas do jornal. "Era viável, mas a hipótese não foi levada a sério nem pelos dirigentes da empresa, nem pelos políticos. Naquela época a

discussão sobre a participação do trabalhador era vista como um absurdo. Tentar verbas federais para transformar o jornal em cooperativa também não seria possível. Nós estávamos tentando ajudar a salvar a empresa, mas nunca éramos ouvidos."

Negociações, finalmente

Acuado e sem outras opções, Breno Caldas procurou Emídio Pedondi tentando reabrir as negociações para a venda da empresa. O deputado ligado a Paulo Maluf preferiu deixar para negociar depois do dia 10, quando a justiça decidisse se os bens da empresa seriam ou não utilizados para pagar a dívida com seus empregados. O objetivo era aproveitar a falta de opções de Breno, que ficou de mãos atadas após o histórico arresto dos bens da Caldas Júnior, para comprar o jornal e a rádio mais tradicional do Rio Grande do Sul por um valor inferior ao real. O que ele e outros empresários não sabiam, é que quanto mais esperassem menos haveria da empresa que pudesse ser salvo do naufrágio.

A volta do recesso do Tribunal Regional do Trabalho no dia 10 de janeiro não significou grande coisa no andamento da greve, ao contrário do que se esperava. A defesa da Caldas Júnior não apresentou novidades, apenas justificativas e tratados de boas intenções. Mesmo assim, não foi dado um parecer definitivo sobre a ação dos jornalistas, nem foi julgada a legalidade da greve. As decisões foram adiadas para o dia 18, onde seria concluída a fase de instrução do processo. Terminada essa fase é que sairia a decisão definitiva da justiça.

Por isso, dois dias depois os jornalistas se reuniram diante da Assembléia Legislativa para um grande ato público para marcar um mês de greve. O clima era meio de festa, meio de indignação. Havia discursos irados e apresentações musicais. Às onze da noite as 500 pessoas que ainda estavam presentes decidiram descer em passeata até o prédio da Caldas Júnior, onde os fura-greve lutavam desesperadamente para fechar os jornais: o resto dos funcionários contratados para substituir os grevistas havia recebido aviso prévio e já não estavam trabalhando. Não houve conflitos nem tentativas de impedir a circulação dos jornais. A alegria dos grevistas estava garantida e a vitória parecia próxima e seria conquistada na justiça. Foi uma noite de festa.

Dada a situação em que se encontrava, os patrões resolveram negociar. Hilton Caldas teve uma reunião com o comando de greve e garantiu que em 48 horas iriam elaborar uma

proposta de como seria saldada a dívida com os trabalhadores. Ele admitiu que a greve estava trazendo grandes problemas para a empresa, mas garantiu que a Caldas Júnior estava passando por uma auditoria e a negociação seria vantajosa para todo mundo. Infelizmente as promessas e garantias de Hilton não valeram muita coisa. No dia seguinte o procurador da empresa Emílio Rotfucks apareceu na audiência com uma proposta de pagar os salários atrasados em três parcelas sem juros nem correção monetária. Entretanto exigia a suspensão das ações cautelares de cobrança, que os sindicatos fizeram em nome dos seus filiados e, que o comando de greve abandonasse negociações coletivas na Justiça, passando as questões a serem negociadas individualmente entre patrões e empregados. Por último, a proposta esclarecia que os grevistas "foram despedidos no dia 13 de dezembro de 1983".

O comando de greve não considerou aquilo uma proposta. Estava mais para um "desaforo idiota, sem-vergonha, besta, absurdo e prepotente de Breno Caldas", conforme boletim publicado após a audiência. O presidente do Sindicato dos Jornalistas, Remi Baldasso, comparou o movimento de Breno com o blefe de um jogador que não está com nada na mão e resolveu jogar a carta mais alta para tentar impressionar. Afinal, depois dos últimos acontecimentos, não havia mais condições de Breno Caldas falar grosso com ninguém. Ele estava sem alternativas. Nem concordata, nem falência, muito menos dinheiro do governo. Além do mais, seus bens estavam arrestados (incluindo as impressoras dos jornais) O clima de indignação fez os jornalistas pegarem um pouco mais pesado no boletim do dia 19. Afirmou que a proposta de Breno não passou de "um insulto daquele que, nos últimos dez meses, só tem realmente manifestado apreço por seus cavalos e que perante seus funcionários só pode ser chamado de uma única palavra: caloteiro". A referência aos cavalos era comum, pois Breno possuía um haras importante, o que justificava a vasta cobertura de turfe nos veículos da empresa.

Guerrilha urbana

O principal efeito colateral da reunião do dia 18 de janeiro foi que a indignação perante a proposta de Breno Caldas conseguiu animar os grevistas a fazer um dos maiores piquetes da greve. Quem tentou entrar para trabalhar foi barrado. Houve discussões, mas dessa vez a Brigada Militar resolveu seguir a determinação judicial anterior e não interveio em nenhum momento na manifestação. Algum tempo depois, a maioria dos fura-greves conseguiu se esgueirar para o prédio, mas foram obrigados a trabalhar ao som de vaias, provocações,

inclusiva e ao diretor-presidente da empresa Breno Caldas e seus diretores. Depois os piqueteiros foram para a porta do setor de circulação para impedir os caminhões de serem carregados, mas não ficaram por muito tempo. Como os ânimos já estavam exaltados, o comando de greve preferiu desistir para evitar conflitos. Como o comando já acreditava numa inédita vitória pela via judicial, conflitos só trariam algum benefício para os patrões. E foi justamente o que estes tentaram fazer nos jornais do dia 20 de janeiro. Sob o título *Minoria grevista volta a apelar para a violência* trazia uma série de acusações, além de afirmar que os grevistas não passavam de 10% do efetivo da empresa:

"(...) tendo em vista manifestações de violência contra o patrimônio foram todos demitidos por justa causa em 21 de dezembro todos os que haviam cessado o trabalho, transferindo-se o problema para o âmbito da justiça do trabalho (...) Sensível às propostas conciliatórias do presidente do Tribunal Regional do Trabalho, a empresa propôs em 18 de janeiro, mesmo enfrentando sacrifícios financeiros a pagar os salários dos empregados demitidos até 15/02.

Por não concordarem com a proposta, os grevistas novamente apelaram para a violência: usando táticas de guerrilha urbana, furaram pneus, obstruíram fechaduras e tentaram impedir a entrada de trabalhadores (...).

O texto encerrava com uma teoria da conspiração, onde os "orquestradores desses incidentes" são acusados de querer destruir a empresa. Garantia que medidas drásticas estavam sendo tomadas contra os culpados. Medidas essas que, como foi comprovado dias mais tarde, estavam no âmbito policial.

Camping Caldas Júnior

No dia 25 de janeiro um terço da capa estava ocupado com o texto *Caldas Júnior confirma denúncia no inquérito*. Tratava-se do depoimento do diretor geral Francisco Antônio Caldas para o delegado Hugo Amorim sobre a queixa criminal encaminhada à por diretores da empresa à Polícia Civil. Denominava o piquete do dia 12 de dezembro como "ato criminoso" e acusava também o vice-presidente do Sindicato dos Jornalistas de ter agredido fisicamente Breno Caldas. Loir Gonçalves diz que essa acusação o deixou

bastante aborrecido e magoado. "Eu gostava do Breno. Ele tinha fleuma aristocrática, mas era respeitável. Eu gostava mesmo do velho. Disseram que eu tinha lhe dado um chute quando ele passava pela fila onde a gente estava esperando para pegar um vale. Abriam esse inquérito na 1ª Delegacia de Polícia, só que depois não me chamaram para depor e esqueceram o assunto".

Enquanto os patrões tentavam transformar a greve num caso de polícia e os seus funcionários em delinquentes, o comando de greve discutia um modo de continuar uma mobilização forte. A idéia principal era fazer um acampamento em frente ao Palácio do Governo e à Assembléia Legislativa para conseguir outra audiência com o governador Jair Soares, mas conforme lembra Schüster, muita gente não achava uma boa sugestão: "Em 1982 e 1983, depois da eleição do Jair Soares como governador, houve uma greve gigantesca de professores onde eles tinham colocado mais de mil pessoas naquela praça e tomado ela de alto a baixo. Devem ter acampado umas 200 pessoas, todas muito animadas, mas realmente a comparação com o acampamento anterior não era favorável".

Uma vez montadas as barracas, as atividades foram transferidas da sede do Sindicato dos Bancários para lá. Além de chamar a atenção da população e servir temporariamente de abrigo para alguns funcionários que acabaram despejados por falta de pagamento do aluguel, o acampamento atraiu também com muita gente que não era da empresa, mas que tinha afinidades ideológicas com o movimento ou com os sindicatos envolvidos. Isso porque o clima era bastante festivo, havia gente tomando mate, preparando panelões de carreteiro e tocando violão. Esses dias proporcionaram até alguns *affairs* entre grevistas e até alguns episódios de abandono de lar. Mas nessa parte da história é melhor não citar nomes.

A nova "sede" do comando de greve foi logo despejada da frente do palácio pelo governador Jair Soares. Mas conseguiu prontamente o apoio da Mesa Diretora da Assembléia Legislativa que disponibilizou a infra-estrutura de seu prédio para os grevistas, que transferiram o acampamento para o outro lado da mesma praça. Mas estava claro que Jair Soares não pretendia se mexer para resolver aquela crise que abalaria a imprensa gaúcha. Desde que havia decidido publicar algumas verdades sobre Paulo Amaral, os jornais perderam o apoio do governo estadual. E meses de audiências com ministros e viagens à Brasília tinham mostrado a Breno Caldas que, após muito tempo de apoio ao

regime militar, ele também não tinha quem lhe oferecesse ajuda.

A quebra da Caldas Júnior deixaria a RBS com o monopólio da informação no estado. Portanto, a empresa de Sirotsky trabalhava discretamente para enterrar seu concorrente. Nos textos sobre o movimento havia bastante isenção, mas a direção da RBS deixava claro que se alguma ajuda externa fosse oferecida para a Caldas Júnior, eles iriam querer receber o mesmo dinheiro, nas mesmas condições, mesmo que fosse uma empresa financeiramente vigorosa.

Em outra frente, *Zero Hora* procurava mostrar em seus jornais que o governo não sentiria a ausência do *Correio do Povo*. Seria até melhor: o único grande jornal do Rio Grande do Sul estaria ao lado deles. Como lembra Loir Gonçalves, "a RBS estava em ascensão e procurava dar espaço aos poderosos. A crise explorada com muita sutileza. Se você presta atenção nos jornais da época pode reparar como eles davam o maior espaço e apoio possível ao governo em seus jornais. É meio subjetivo, mas pode ver que era isso mesmo".

O julgamento do dissídio de greve foi marcado para o dia 6 de fevereiro pelo TRT. Se a greve fosse considerada legal, os funcionários poderiam voltar ao trabalho, pois o patrimônio da Caldas Júnior e de Breno Caldas garantiriam o pagamento dos salários devidos. Restava mais um período de espera, mas passados 48 dias de greve, os funcionários já estavam exaustos, não havia mais dinheiro no fundo de greve para vales, nem comida para "ranchos". O movimento dos trabalhadores diminuiu o ritmo e aguardou a nova decisão judicial.

Durante essa espera continuaram contando com a solidariedade dos companheiros de classe. O repórter André Pereira, da *Zero Hora*, chegou a doar o dinheiro que recebeu pelo 1º lugar no Premio ARI de Jornalismo para o fundo de greve dos funcionários da Caldas Júnior. E também enviou uma carta à Associação Rio-grandense de Imprensa declarando que "diante das atuais circunstâncias de nosso mercado de trabalho, seria afrontoso para os colegas destituídos de meios de concorrer com seus trabalhos em igualdade de condições, aceitar sem protesto essa premiação".

Por todo o apoio que conseguiu, a força e a coordenação que teve, era natural que no dia 6 de fevereiro todos estivessem esperando a vitória do movimento. Mas todas as

decisões judiciais favoráveis anteriores que vieram não apagavam o fato de que apesar da lei prever isso desde 1964, nunca uma greve havia sido considerada legal pela justiça brasileira. E apesar da "abertura lenta e gradual", ainda perdurava a ditadura militar. Restava uma ponta de preocupação que na última hora o governo federal resolvesse socorrer Breno Caldas em detrimento dos seus funcionários.

O julgamento final

Na véspera do julgamento os grevistas fizeram um culto ecumênico. No rival *Zero Hora* a coluna de Luís Fernando Veríssimo convidava toda a população a comparecer em "demonstração de solidariedade com um grupo de pessoas que lutam por direitos legítimos e sofrem com a privação desses direitos". Mas fora das colunas assinadas, o jornal continuava tratando o concorrente com discrição, embora dando bastante espaço para a cobertura de greve.

O dia 6 de fevereiro de 1984 veio para atender as preces dos grevistas. A Justiça do Trabalho confirmou a legalidade da greve numa decisão amplamente favorável aos funcionários. As liminares da Caldas Júnior foram sendo derrubadas pelos juízes do 1º Grupo de Turmas do TRT ao longo da sessão. A empresa queria que as reivindicações só fossem encaminhadas em reclamações individuais e que não fosse atribuição dos sindicatos instaurar o dissídio de greve. Queria que os pedidos feitos pelos trabalhadores fossem considerados matéria estranha a dissídios, portanto que a greve fosse considerada ilegal e pediam que o processo fosse arquivado (e rezavam para que fosse esquecido em um fundo de gaveta), afinal de contas, todos os funcionários em greve já estavam demitidos desde 21 de dezembro mesmo.

Todas essas liminares foram consideradas nulas pelos juízes. Mesmo porque, algumas delas contrariavam decisões anteriores de juízes do próprio tribunal. Agora os jornalistas tinham garantia de emprego até que recebessem seus salários e o FGTS. A única decisão que não obteve unanimidade referiu-se à pena a ser aplicada à empresa, caso não fosse efetuado o pagamento da dívida salarial. A Caldas Júnior garantiu um prazo de dez dias a partir do prazo da publicação do acordo, sob pena de pagar uma multa de 50%. O acordo ainda demorou uma semana para ser publicado, mas de qualquer maneira estava feito. Breno Caldas já não podia deixar de pagar os salários para financiar operações deficitárias.

Ele teria que dar um jeito. E se não desse, o prejuízo não seria tanto dos seus funcionários. Depois da decisão, com Mário Quintana à frente, os jornalistas saíram em passeata até a sede do jornal. Dessa vez para comemorar.

E os motivos para comemoração não se estendiam apenas aos participantes da greve. Como saiu no último boletim de greve, datado do dia 7 de fevereiro: "(...) apesar de só os grevistas terem arriscado o seu pescoço para sustentar uma causa absolutamente digna, os fura-greve e os *pelegos* (são classes distintas) também serão beneficiados (...) Valeram a pena os 56 dias de greve".

Para celebrar a vitória, também houve o último grande show da comissão de festas na greve. Dessa vez os principais músicos eram Djalma Corrêa e Gonzaguinha, bastante conhecidos do público na época. Os artistas se apresentaram apenas em troca das passagens até Porto Alegre, e lotaram o Araújo Vianna até alta madrugada. Depois era a hora de cada funcionário reassumir seu posto com a sensação da dignidade intacta.

DE VOLTA À REDAÇÃO

O clima na redação não era dos melhores. A troca de xingamentos e provocações dos últimos meses não contribuía muito com o trabalho em conjunto na redação, mas não houve perseguições sistemáticas na volta dos grevistas. No primeiro dia de trabalho na *Folha da Tarde*, Walter Galvani inclusive chamou todos os grevistas para o "aquário" (sua sala transparente no meio da redação), deu as boas-vindas e disse que nada mudaria no tratamento que os funcionários recebem no trabalho. "Eles foram honestos comigo e eu fui honesto com eles. Eles achavam que iam ser hostilizados, mas foi melhor deixarmos esses problemas para trás. Se aconteceram brigas foi entre os repórteres dos setores".

Marco Antônio Schüster lembra como era pesado encontrar os fura-greve nos corredores da empresa: "Diziam que tínhamos sido usados pelos radicais ou abandonado a empresa, além daqueles boatos sem pé nem cabeça de que estávamos sendo apoiados pela RBS, mas tu não manipulas 200 jornalistas desse jeito. Eu não deixei de falar com ninguém, mas pode-se dizer que a greve afastou alguns colegas de bar. Quando acabou a greve eu pedi férias e depois licença. Para quem quisesse sair eles davam licença na hora."

Apesar dos grevistas não terem sido perseguidos pelas chefias, quem tinha colunas assinadas não recuperou o espaço depois da greve. Jurema Josefa foi uma das jornalistas que perdeu seu espaço. "Isso era compreensível e não feria o acordo que fizemos no final da greve. Mas quando li a *Folha da Tarde* só deu pra pensar: "puta que o pariu, minha página!?" Eu falava sobre tradição gaúcha e gostava muito de escrever aquela coluna, mas fui substituída por um pseudônimo e nem podia reclamar". A colunista foi uma das que preferiu se afastar empresa, mas por outros motivos:

- Nos últimos anos eu tinha desistido de ter filhos. Tinha tentado de tudo e não deu em nada, mas sem querer engravidei na greve. Então o próprio Galvani me aconselhou a pegar uma licença, disse que eu estava grávida e era capaz de ficar um clima pesado na redação e era melhor pra mim não estar lá. Ele estava certo, pelo menos não acompanhei o fim do jornal. Foram particularmente gentis comigo. Me demitiram e pagaram o FGTS. Teve gente que ficou anos para receber isso. No dia do meu chá de fraldas fecharam o *Correio do Povo*. Naquela noite eu tive pesadelos e fiquei mal algum tempo. Eu gostava do *Correio*.

Para quem ainda estava trabalhando, o fim do jornal foi igualmente abrupto. No dia 16 de junho de 1984, Loir Gonçalves conta que estava pendurado em cima de um poste para fotografar, quando chegou um conhecido e avisou "desce, não precisa mais. O *Correio* fechou". Walter Galvani estava na reunião em que Breno Caldas anunciou que a circulação do *Correio* e da *Folha* estava suspensa. Ainda pôde perguntar se a suspensão era temporária, mas só recebeu de Breno uma resposta evasiva. O *Correio* parou de circular com mais de 90 mil assinantes e às vésperas de completar 100 anos.

Agora a briga dos seus funcionários seria para receber a parte dos salários que ainda não haviam sido pagos. Para isso foram feitos leilões do equipamento da empresa. Rejane Lempek ainda guarda o anúncio do leilão que quitou de vez sua dívida em 02 de dezembro de 1984. Ela recebeu o equivalente à uma kombi mais alguma mobília de escritório. Entre os funcionários, a prioridade do pagamento foi dos que tinham ingressado primeiro no processo do seu sindicato contra a Caldas Júnior. Os grevistas receberam tudo até meados de 1985, embora outros funcionários da empresa só tenham recebido todo o devido pela quando o empresário Renato Ribeiro comprou a massa falida para reabrir o jornal em 1986.

O tempo de monopólio fez bem para a RBS, mas não para o Rio Grande do Sul. A rede conseguiu expandir os seus domínios dentro e fora do estado, além de melhorar a qualidade de seus veículos. Na grande diáspora pós-Breno Caldas, pôde contratar os melhores profissionais do sul do Brasil sem pagar tanto. Como foi publicado num boletim do Sindicato dos Jornalistas em julho de 1984:

"(...) Quando a imprensa, considerada a quarta força na escala de poder, fica em mãos de um único veículo-empresa, surge o perigo da manipulação, uma vez que não há outras publicações concorrentes. Com isso, o jornal que domina o mercado, pode publicar as informações que lhe convierem, deixando de veicular o que não está de acordo com seus interesses empresariais (...) O próprio mercado de trabalho é abalado porque os profissionais podem muito bem serem (*sic*) trocados por *releases*.

(...) Com o monopólio da informação, agora concretamente instalado no Rio Grande do Sul, teremos a voz de apenas um dono, uma facção que, por sinal, representa muito bem o capitalismo selvagem de grupo dominante da sociedade."

Uma vez falida a Caldas Júnior houve quem tentasse responsabilizar a própria greve dos jornalistas pelo desastre, mas essa discussão estava mais no plano das especulações. Walter Galvani acredita que a greve acelerou o fim da empresa, pois tornou pública a situação interna e impediu qualquer socorro federal. "Mas no fim a situação era tão feia que ia acabar em falência de qualquer jeito. A culpa não foi dos funcionários, o culpado pela falência foi Breno Caldas. Ele era notável, culto, mas centralizador e administrou pessimamente a Caldas Júnior. Ele não ouvia ninguém. O filho dele era vice-presidente da empresa e ele o mandava calar a boca nas reuniões na frente de todo mundo".

Em boletins posteriores do sindicato, os jornalistas se defendiam afirmando que a greve não chegou a ser nem um dos motivos mais relevantes para a falência da empresa. Loir Gonçalves acha que o fechamento do jornal foi uma decisão política, não culpa dos grevistas.

- O governador não levou os funcionários em conta. Tivemos uma ou duas reuniões com ele, mas ele não quis interferir no processo, embora tivesse condições de reverter o quadro. Se os trabalhadores tivessem parado antes, talvez a empresa ainda tivesse salvação, embora não nas mãos de Breno Caldas. Foi um movimento de importância indiscutível. Não me envergonho de nada na greve que organizamos.

Relatório final da disciplina COM 5088 - Projetos Experimentais

Quando eu escolhi esse projeto, sabia que a principal dificuldade seria coletar informação suficiente em apenas uma semana em Porto Alegre. Mais do que isso, eu não poderia permanecer na cidade. Nesse período tudo que fiz foi revirar jornais velhos e conversar com quem trabalhou na Caldas Júnior entre 1983 e 1984. Para economizar o dinheiro de um hotel, consegui uma vaga no sofá da sala de uns primos distantes de uma colega de curso. Não podia perder tempo algum, mas infelizmente eu sempre perco algum tempo. Portanto, minha desculpa oficial para tudo o que está faltando em minha reportagem é o pouco tempo disponível para pesquisa e entrevistas, quanto à redação, só me resta reconhecer o desleixo.

A sugestão do tema foi do meu orientador, Ricardo Barreto, e eu a aceitei apesar de me preocupar com a possibilidade de não conseguir informação suficiente para uma grande reportagem. A bibliografia sobre a greve de 1983-84 era escassa e tratava superficialmente do assunto, em geral como um detalhe no meio da derrocada do mais tradicional grupo de mídia do Rio Grande do Sul. O Sindicato dos Jornalistas do Rio Grande do Sul não tinha um arquivo com seus boletins mais antigos, também não tinha atas das reuniões da década de 1980 e não pôde cooperar com mais do que o telefone de alguns dos profissionais que pertenciam ao sindicato na época. Além de não ajudar muito, o pessoal do sindicato ainda atrapalhou. Quando telefonei para lá pela primeira vez, o rapaz que me atendeu disse que tanto Remi Baldasso o presidente, quanto Loir Gonçalves, o vice-presidente do sindicato no período de greve, haviam falecido. Somente por acaso e em cima da hora pude conversar com Loir Gonçalves, que não só estava vivo, como não parecia satisfeito com a confusão.

Com a ajuda inicial de João Borges de Souza e Marco Antônio Schuster, que tiveram toda a paciência de explicar procedimentos do sindicato e o contexto político gaúcho da época, comecei a ter uma idéia mais aproximada do que procurar e com quem conversar. João Borges e mais tarde Rejane Lempek, a Polaca, também cederam a muitos boletins e relatórios da época. Somando isso aos boletins guardados pelo meu orientador e aos jornais da época, creio ter conseguido reproduzir o clima da época com razoável fidelidade.

Espero que esse trabalho possa ser usado como referência sobre as possibilidades do movimento sindical no jornalismo. A principal razão para a escolha do tema foi que não era

um projeto megalomaniaco, como é comum encontrar aqui no curso e que ele ainda pudesse ser útil para alguma coisa além de me colocar fora dessa universidade. E hoje em dia, com a crise bem instalada na mídia e diversas empresas próximas da bancarrota, é muito provável que situações como aquela se repitam mais freqüentemente. Os jornalistas devem saber como responder esse desafio.